O GLOBO
Publicado em 26/08/2022 - 05:57

Presidente da Funai ofereceu apoio a servidor que foi preso

LIGAÇÃO PERIGOSA

Presidente da Funai prometeu apoio a servidor preso por arrendar terra xavante

BRUNO ABBUD
bruno.abbud@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

JORGE WILLIAM/8-8-2019

Contra ex-colegas. Marcelo Xavier, presidente da Funai, reclamou de agentes da PF a Jussielson

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Ainda preso. Jussielson foi exonerado e denunciado por peculato e associação criminosa

"Pode ficar tranquilo aí que você tem toda a sustentação aqui. Pode ficar sossegado"

Marcelo Xavier, presidente da Funai, em conversa por telefone com Jussielson Silva

"O senhor é o meu apoio de fogo. O senhor me protegendo, fico mais feliz ainda"

Jussielson Silva, ex-coordenador da Funai preso por arrendamento de terra indígena como pasto, em agradecimento a Xavier

Em um telefonema interceptado pela Polícia Federal com autorização da Justiça, o presidente da Funai, Marcelo Augusto Xavier, ofereceu apoio a um servidor do órgão que foi depois preso por suspeita de participar do arrendamento ilegal de áreas indígenas em Mato Grosso. Um relatório da PF diz que Xavier pode ter dado "sustentação à ilegalidade". Xavier nega as irregularidades.

A interceptação foi no início deste ano, na investigação que prendeu em março o coordenador da Funai em Ribeirão Cascalheira, o ex-fuzileiro naval Jussielson Silva, além de um policial militar e um ex-PM, sob a suspeita de cobrança de propina para aluguel ilegal de pastos na reserva indígena Marãiwatsédé.

A região ocupa uma área equivalente a 165 mil campos de futebol, espalhada em três municípios mato-grossenses: Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, em Mato Grosso. Segundo o Instituto Socioambiental, há 781 xavantes em mais de dez aldeias na terra indígena.

"ACIONAR CORREGEDORIA"

No dia 18 de fevereiro, o presidente da Funai e Jussielson conversaram ao telefone por quase seis minutos. A Polícia Federal havia procurado o coordenador em busca de informações dos fazendeiros que alugavam os pastos. No diálogo, Xavier protesta e diz que já havia entrado em contato com a delegacia responsável pela investigação, no município de Barra do Garças.

"Deixa eu te falar uma coisa: eu falei agora com o chefe da delegacia aqui e me parece que eles tão com uma má vontade enorme", disse o presidente da Funai. Também delegado da PF, Xavier, em seguida, prometeu providências contra os policiais que estavam atrás do servidor e disse que iria recorrer às corregedorias da corporação. Os departamentos investigam se agentes cometeram desvios de conduta. "Eu vou dar ciência já do caso ao corregedor lá de Mato Grosso, ao corregedor nacional da Polícia Federal aqui e já vou acionar nossa corregedoria pra atuar nisso aqui. Pode ficar tranquilo", afirmou.

Em resposta, Jussielson se mostrou grato pelo apoio: "Sim, eu agradeço porque a gente está na ponta da lança. O senhor é o meu apoio de fogo. O senhor me protegendo, fico mais feliz ainda", diz o servidor, que ainda está preso. Xavier tenta acalmar o investigado: "Pode ficar tranquilo aí que você tem toda a sustentação aqui. Pode ficar sossegado".

Em nota, o presidente da Funai disse ontem que "sequer consta no rol dos indiciados ou denunciados pela prática ilícita" de arrendamento de terras indígenas, "sendo qualquer tentativa de seu envolvimento fruto de delírio alucinógeno e da negativa politização".

O comunicado acrescenta que não houve "qualquer tipo de questionamento ou de interferência na investigação, eis que a situação, naquele momento, revelava a necessária análise prévia da corregedoria, para análise da metodologia de polícia judiciária".

Segundo o presidente da Funai, policiais federais estiveram na Coordenação Regional da Funai de Ribeirão Cascalheira e, "sem nenhum documento hábil para oficializar, exigiram informações sobre o arrendamento ilegal na Terra Indígena Maraiwatsede".

"Em razão de tal 'informalidade', nada usual nos procedimentos de polícia judiciária no trato de tais informações, sem nenhuma comprovação por ofício da sua requisição por parte da autoridade policial e nem mesmo possibilidade de sua resposta por meio oficial e protocolar, foi feito contato do coordenador regional de Ribeirão Cascalheira com o presidente da Funai. Foi diante de tal contexto a motivação para o diálogo de que iria acionar as corregedorias as respectivas para a devida apuração da atuação dos policiais", alega Xavier, reforçando que a Funai "se colocou à disposição dos órgãos de persecução para apuração dos fatos, asseverando que não concorda com nenhum tipo de ilicitude".

Procurado, o advogado Paulo Vindoura, que representa Jussielson e os outros dois presos na operação, preferiu não se pronunciar.

> PF diz que presidente da Funai pode ter dado sustentação à ilegalidade

Em um relatório enviado à Justiça Federal sobre a conversa telefônica, a PF afirma ser "possível concluir que o presidente do órgão tem conhecimento do que está se passando, sendo possível que esteja dando sustentação à ilegalidade investigada (arrendamento em terra indígena)".

ARMA SEM NUMERAÇÃO

No mesmo documento, o delegado Mario Sérgio de Oliveira afirma que "tal demonstração de autoridade permite inferir uma disposição por parte do presidente da Funai em interferir no trabalho investigativo da Polícia Federal".

O Ministério Público Federal denunciou Jussielson e os outros dois presos por peculato e associação criminosa, entre outros crimes, em consequência do inquérito sobre arrendamento ilegal de pasto na terra indígena xavante.

Segundo a PF, Jussielson e os outros dois se portavam como um "poder armado" na região. O trio sempre portava armamentos pesados, o que é incomum entre servidores da Funai. Para os investigadores, era uma forma de intimidação. Nas buscas na casa de um deles, foi encontrada uma arma com a numeração raspada. O relatório policial destaca a origem militar dos três.

Em março, a PF descobriu que Jussielson estaria cobrando uma propina de R$ 50 mil de fazendeiros interessados em alugar o pasto dentro da reserva, uma das terras indígenas mais desmatadas do país.

Além disso, o inquérito apontou que o servidor e os dois comparsas cobravam propinas para direcionar os pastos de fazendeiros desistentes a outros pecuaristas. Além de exigir uma taxa de R$ 5 por hectare para medir o tamanho das áreas destinadas ao gado, com a ajuda de um drone.

CONTROLE POR WHATSAPP

Segundo informações da Polícia Federal colhidas com um dos investigados, a atividade de arrendamento de pasto dentro da comunidade indígena gerava um lucro de R$ 899 mil por mês. O recebimento desses recursos, de acordo com o inquérito, era controlado por um grupo de WhatsApp administrado pela coordenação regional da Funai.

A Polícia Federal constatou que havia 70 mil cabeças de gados em 42 pontos da reserva Marãiwatsédé. O arrendamento de terras indígenas é proibido desde 1973, quando foi sancionado o Estatuto do Índio.

A Funai informou que Jussielson foi exonerado e confirmou que "se mantém à disposição das autoridades policiais para colaborar com as investigações".

A autarquia afirmou que desde 2018 "busca uma solução para o impasse envolvendo a prática de arrendamento na Terra Indígena Marãiwatsédé em diálogo constante com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal".

A Funai acrescentou, no comunicado sobre o diálogo entre Xavier e Jussielson, que a assessoria da Presidência se reuniu com o procurador do caso para a "construção de um potencial Termo de Ajustamento de Conduta". Os esforços foram interrompidos durante a pandemia para priorizar "ações voltadas à segurança alimentar dos indígenas, com a entrega de cestas básicas em aldeias", segundo a fundação.

O comunicado diz que foi enviado um levantamento de dados sobre o território indígena Marãiwatsédé à PF e ao Ministério Público Federal em setembro e outubro do ano passado. Os documentos, contudo, foram feitos após o MPF entrar com uma ação para tirar o gado da terra indígena, em fevereiro do ano passado.

— Houve uma tentativa do MPF de uma solução com a Funai para cessar os arrendamentos e retirar o gado, mas não avançou. A Funai sempre reabria discussões. Por isso, o MPF ajuizou uma ação civil pública para a retirada do gado em terra indígena — diz o procurador Everton Araújo —Na ação, a Funai solicitou que o pedido do MPF para retirar o gado fosse julgado improcedente.

Desde 2017, ao menos, alguns indígenas começaram a arrendar parte do território, alegando que as aldeias precisavam do dinheiro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil **Pagina:** 11

Copyright © Clipclap 2025.